



**Aldeia Baú e o avião da reportagem de VEJA amarrado a uma árvore**

**Amazônia**

FOTOS JANDUARI SIMÕES

# Seqüestro na selva

## Caiapós sobrevivem exigindo resgate para libertar quem passa pela aldeia

**O**s índios caiapós da Aldeia Baú, no sul do Pará, inventaram uma maneira prática, porém criminosa, de manter o bolso cheio e a despensa abastecida. Eles seqüestram toda pessoa que passa pela aldeia e exigem comida, roupa e dinheiro em troca da libertação. Os seqüestros na selva atingem principalmente os regatões, barcos que abastecem de mantimentos e remédios as vilas de ribeirinhos. A maioria dos que trafegam pelo Rio Curuá, afluente do Xingu que passa perto da reserva, desistiu de trabalhar ali. Há duas semanas, os índios fizeram nova vítima. O fotógrafo paulista Araquém Alcântara e o guia Jean Pierre Schwarz, francês especialista em Amazônia que vive em Santarém, navegavam pelo rio em busca de imagens para ilustrar um livro sobre a região. A pedido do barqueiro que estava com eles, resolveram visitar a tribo. "O rapaz é afilhado do cacique e pediu para rever os amigos", conta Alcântara. Era uma armadilha. Tão logo desembarcaram, foram cercados pelos índios e avisados que ficariam detidos. Só foram libertados dois dias mais tarde, mediante o pagamento de 800 reais, 150 litros de gasolina e 200 gramas de pimenta. Durante o cativeiro, foram ameaçados pelos índios e comeram apenas banana e mandioca.

O mesmo aconteceu, em julho, com o chefe da sucursal de VEJA em Belém, Klester Cavalcanti, e o fotógrafo Janduari Simões. Eles foram à Aldeia Baú checar a informação de que os índios estavam em conflito com uma mineradora. Quando o monomotor em que viajavam aterrissou, doze índios com espingardas, revólveres e arco e flecha amarraram o avião a uma árvore e imobilizaram as rodas com troncos de madeira. O mesmo índio que intimidou Araquém Alcântara, chama-

do Tikatô, afirmou que a equipe ficaria detida. "Se vocês derem dinheiro ou comida, Tikatô solta vocês", avisou um outro índio ao repórter de VEJA. Depois de duas horas de negociações, Tikatô concordou em se comunicar com o posto da Fundação Nacional do Índio, Funai, em Colider, Mato Grosso. Pelo rádio, o jornalista se identificou ao secretário do posto, que ordenou a libertação da equipe.

**Sem caçar nem pescar** — A opção dos caiapós pelo seqüestro começou depois que a Funai expulsou os garimpeiros da reserva, há cinco meses. Até essa época, os índios ganhavam comissão pelo ouro que os garimpeiros exploravam no Rio Curuá. Em média, recebiam 1 200 reais por mês, além de comida, roupa, medicamentos, armas e dinheiro. O fim do garimpo os deixou na miséria. Conhecidos pela pouca disposição ao trabalho, os moradores da Aldeia Baú raramente caçam ou pescam. Em outras aldeias é comum avistarem-se roças produtivas.

No Baú, o máximo que se vêem são bananeiras, que não precisam de cultivo algum. Na semana passada, a direção da Funai decidiu tomar providências para acabar com os seqüestros e pediu a abertura de um inquérito na Polícia Federal. A legislação penal brasileira considera o índio inimputável. Ou seja, ele não pode ser punido mesmo que cometa crime. No caso da Aldeia Baú, porém, os índios já são considerados aculturados: falam português, vestem calções de futebol, usam relógios digitais e demonstram conhecer a relação cativo-resgate tão bem quanto os seqüestradores do Rio de Janeiro ou de São Paulo. "Se as denúncias forem comprovadas, os chefes da aldeia serão processados", afirma Sullivan Silvestre, presidente da Funai.

